CONSTRUINDO O BRASIL DO FUTURO

INSTITUTO DEMOCRACIA E LIBERDADE – IDL

INSTITUTO DEMOCRACIA E LIBERDADE
A serviço da cidadania.

INSTITUTO DEMOCRACIA E LIBERDADE

A serviço da cidadania.

CONSTRUINDO O BRASIL DO FUTURO

Atendendo aos princípios do Instituto Democracia e Liberdade (IDL) de promover e disseminar os valores da democracia liberal e de que forma estes podem colaborar amplamente com o desenvolvimento de nosso país, apresentamos o documento "Construindo o Brasil do Futuro".

Trata-se de um estudo que reuniu todos os membros do Instituto com a finalidade comum de agrupar de forma urgente e com bastante perspicácia contribuições para a retomada efetiva do crescimento do Brasil.

Este material, produzido a muitas mãos e que envolveu inúmeros olhares atentos, mostra-se de grande valia para a atual gestão federal, bem como para todas as lideranças de nosso país.

Com esta iniciativa o IDL vem ao encontro de sua Missão: uma entidade que, muito mais que debater os princípios liberais democráticos, defende o crescimento sustentável de nosso país a partir de medidas e ações estruturais eficazes.

Este documento consolida o IDL como uma entidade alinhada aos anseios nacionais, com desenvoltura e articulação junto às três esferas de governo.

Com isto, unimos as experiências e formações de nossos membros para que, pelas suas ideias e soluções, possamos vê-las aplicadas em prol do benefício do Brasil e de sua gente.

Edson José Ramon
Presidente do Instituto Democracia e Liberdade - IDL

INSTITUTO DEMOCRACIA E LIBERDADE
A serviço da cidadania.

INSTITUTO DEMOCRACIA E LIBERDADE

A serviço da cidadania.

MISSÃO

Expressar e difundir a cultura da democracia, da liberdade, da verdade, da justiça e da solidariedade.
Defender a democracia representativa e pluralista.
Defender a economia de mercado, a livre iniciativa, a legitimidade do lucro e a propriedade privada.
Defender a liberdade de expressão.

VALORES

O Estado a serviço do cidadão - Eficiência Governamental com a diminuição do tamanho do Estado. Primado da Liberdade e Cidadania.

VISÃO

Independência institucional na defesa dos valores da Democracia e da Liberdade.

Sumário

CONSTRUINDO O BRASIL DO FUTURO

PALAVRA DO PRESIDENTE 02

INSTITUTO DEMOCRACIA E LIBERDADE 03

1 - INTRODUÇÃO 05

2 - PROPOSTAS 06

2.1 – REFORMA DO ESTADO 06

2.2 – REFORMA POLÍTICA 07

2.3 – REFORMA ECONÔMICA 08

3 – CONCLUSÕES 09

DETALHAMENTO DAS PROPOSTAS 10

I. REFORMA DO ESTADO 10

II. REFORMA DO SISTEMA POLÍTICO 11

III. REFORMA DO SISTEMA ECONÔMICO 13

IV. REFORMA DO SISTEMA TRIBUTÁRIO 14

V. REFORMA DO SISTEMA TRABALHISTA E PREVIDENCIÁRIO 16

VI. EDUCAÇÃO 19

VII. PROGRAMAS SOCIAIS 21

CONCLUSÃO 22

DIRETORIA 23

IDL

INSTITUTO DEMOCRACIA E LIBERDADE

A serviço da cidadania.

Introdução

CONSTRUINDO O BRASIL DO FUTURO

1. Introdução

O INSTITUTO DEMOCRACIA E LIBERDADE – IDL, entidade baseada em Curitiba que reúne empresários, profissionais liberais, acadêmicos e estudantes universitários; considerando o momento nacional e tendo em vista o noticiário sobre a existência de um Plano em preparo por parte da nova equipe governamental, apresenta sua contribuição ao Governo do Presidente Michel Temer, com propostas para o Brasil voltar a crescer.

Primeiramente, declaramos nos alinhar à corrente majoritária dos brasileiros de boa vontade, que endossa plenamente a legitimidade do novo governo e lhe endereça os melhores votos de sucesso para a extraordinária tarefa de resgatar a confiança dos cidadãos na continuidade republicana e no futuro do Brasil.

O estudo sugerido a seguir foi fruto de debates e reflexões entre os associados do IDL, operado por uma equipe de voluntários em várias sessões de trabalho e, após aprovação do plenário de seus membros, foi consolidado pelo Conselho Superior para esta apresentação.

Por sua natureza, o documento aborda várias questões em perspectiva sumária; porém o IDL se coloca à disposição das autoridades para ampliar a abordagem de pontos específicos, em consonância com os fins propostos: resgatar o futuro do país para as atuais e novas gerações.

Propostas

2. Propostas

2.1 – Reforma do Estado

O capítulo inicial para a restauração do Brasil é a reforma das instituições políticas, cabendo perguntar, de princípio, "que tamanho de Estado cabe no PIB nacional?" e mais, "por que a dívida pública subiu a níveis perigosos?"

Não há dúvida que a nova Administração Federal já iniciou o ajuste necessário para o país com medidas como a governança das empresas estatais, a desvinculação de parcela das receitas da União para desengessar o orçamento federal, a limitação da expansão dos gastos ao crescimento do PIB corrigido pela taxa de inflação do ano anterior e, sobretudo, as projetadas reformas da Previdência e da anacrônica legislação trabalhista que mantém empresas no limbo e devora as oportunidades de emprego - principalmente para os jovens.

Contudo, sendo as funções do Estado, tipicamente, a regulação das forças produtivas, o provimento da segurança coletiva e a garantia da estabilidade da nação, se o custo gerado por tais papéis ultrapassar a capacidade de sustentação do corpo social, a crise torna-se previsível e fatal – como infelizmente se repete neste país de escassa memória histórica.

Ainda, a receita pública é baseada em porcentuais sobre o volume total de bens e serviços gerados numa economia e, como a atividade produtiva está sujeita a flutuações típicas dos ciclos econômicos, é esperável sua idêntica variação. Portanto, cumpre a adoção de mecanismos institucionais que mantenham o custo fixo da estrutura de governo abaixo das previsões de arrecadação.

No caso brasileiro, embora o montante global da dívida seja menor comparativamente com países desenvolvidos, seu custo (serviço devido aos juros) é muito superior devido a fatores complexos de economia política, o que compromete sua viabilidade e recomenda esforço para a readequação aos níveis suportáveis pela nação.

Em vez do Estado obeso e oneroso, precisamos de um Estado eficiente, que cumpra suas funções básicas e promova a delegação das demais atividades – comprovadamente de melhor desempenho pela iniciativa privada. Tal medida, além de reduzir o atrativo de corrupção, eleva o desempenho geral, dado que a livre iniciativa se sujeita à seleção natural da sobrevivência dos mais aptos.

Em paralelo, cumpre retomar o processo virtuoso de modernização da estrutura governamental, com eliminação de órgãos, repartições e entes públicos ou serviços em duplicata (ex., a Caixa Econômica Federal replicou uma área de crédito rural já tradicionalmente operada pelo Banco do Brasil; que por sua vez instituiu um programa de crédito habitacional, que funcionava a contento na primeira; ambas as instituições, registre-se com desempenho insatisfatório nessas áreas novas).

A retomada do projeto reformista deve permear todas as esferas públicas, começando pela União Federal e descendo para os níveis dos Estados federados e dos Municípios – numa verdadeira campanha de missão, um ímpeto nacional pela recuperação do dinamismo macroeconômico perdido que, não corrigido, pode abortar a transição do Brasil para a classe dos países que deram certo.

DETALHAMENTO NA PÁGINA 10

Reforma Política

2.2 – Reforma Política

O aperfeiçoamento das instituições políticas, por efeito de ordenamento vai elencado ao final – embora seja até mais importante e prioritário, visto ser causa relevante das disfunções existentes.

Essa modernização do elenco de instituições, umas herdadas do período formativo ainda na monarquia, outras importadas e adaptadas na esteira da forma republicana de governo, gira em torno de remédios conhecidos, mas que passaram pela prova do tempo e, por isso, aplicados em países "que deram certo".

Em primeiro lugar, cumpre fortalecer os partidos políticos. Como entes que concorrem para a formação da vontade política do corpo social, os partidos não podem ser constituídos meramente para atuar como balcões de obtenção de vantagens escusas às custas do bem geral.

Cabe, pois, em uma reforma séria, restaurá-los em seu papel central numa Democracia representativa – o de funcionarem como veículo de expressão de correntes da sociedade, politicamente significativas, concorrendo para a formação e sustentação solidária de governos responsáveis perante a sociedade.

Como os problemas mais imediatos da conjuntura foram analisados e tiveram soluções anteriormente ventiladas, a reforma política deve vir na sequência – uma vez encaminhadas àquelas questões urgentes e necessárias para o resgate da confiança nos gestores recém-investidos.

O passo da reforma das instituições deve vir com exposição clara para a sociedade – e buscando seu respaldo –, agrupando as mudanças pontuais requeridas pelo bom senso: fortalecimento da representação via adoção de cláusula de desempenho e vedação de coligações em pleitos proporcionais.

Isto feito deve-se promover, numa segunda rodada de reformas institucionais, o exame da conveniência da adoção do sistema de voto distrital misto, localizado por distrito e do sistema misto de governança, partilhado entre uma autoridade incumbida de liderar o Estado (o presidente) e um gabinete ministerial, vinculado ao Parlamento (sob um primeiro-ministro ou presidente do conselho de ministros).

Tais instituições que existiram no Brasil, durante quase um século, no período monárquico e que operam satisfatoriamente em países mundo afora – inclusive na Pátria-mãe, Portugal –, podem ser replicadas entre nós, com os ajustes e aperfeiçoamentos indicados pela lição da História e prática política de outras nações. Nesse passo, o fundamental é nos libertarmos dos fetiches dogmáticos, recuperando o princípio filosófico que justifica a existência dos povos em sociedade: a busca do bem geral e a construção do futuro.

DETALHAMENTO NA PÁGINA 11

Reforma Econômica

2.3 – Reforma Econômica

A concentração de esforços na etapa seguinte deve focar na reforma econômica, que inclui reverter o pesado intervencionismo dos últimos anos por uma nova regulação favorecedora da liberdade de iniciativa e positiva para o ambiente de negócios. Esse processo passa, inicialmente, por uma revisão dos padrões ético-sociais que operem a transição entre o atual cipoal burocrático para um padrão autoconsciente de "confiança" nos agentes econômicos; sujeitos os transgressores a uma expedita e severa sanção do poder público.

As instituições do universo econômico – soberania dos contratos, valorização do prêmio de risco, flexibilidade na oferta de emprego, estímulo à produtividade e inovação – devem se revestir da segurança jurídica necessária para estimular o investimento gerador de renda e riqueza.

Nessa linha, para desengajar o Estado da função produtiva, cabe retomar o processo de privatizações, bem como revisar o papel das instituições públicas de fomento, que devem operar supletivamente e não em substituição aos mercados de capitais – vitais numa economia de risco, inclusive desmantelando as organizações burocrático-estatais que se transformaram em fontes autóctones de desvios corruptivos e que tanto distorceram a normalidade da vida empresarial, com seu "capitalismo de laços", predador e oligopolista, corruptor e ineficiente.

O objetivo da reforma econômica, por óbvio, deve ser a criação de riqueza e aceleração do desenvolvimento – inclusive via revigoramento do comércio exterior –, de modo a estancar o fenômeno perverso da desindustrialização prematura, que resulta no encolhimento de empregos que caracterizou os últimos períodos administrativos. Em vez, deve ser buscada a inserção proativa das empresas brasileiras nas cadeias globais de produção, processo favorecedor da inovação e da vanguarda tecnológica.

Imbricados entre a reforma do Estado e a retomada da atividade econômica estão os processos da desburocratização geral dos atos e processos da vida em sociedade, da simplificação e racionalização tributárias, da reforma da Previdência e da revisão dos modelos de seguridade social, itens a serem explanados com maior detalhe em estágio posterior do movimento reformador.

DETALHAMENTO NA PÁGINA 13

Conclusão

3. Conclusão

As propostas apresentadas pelo IDL focam o período conjuntural de um Governo que, está se iniciando após uma transição constitucional legítima.

Porém, não se pode perder de vista a conveniência de adoção de medidas necessárias para superar a emergência em que a sociedade foi colocada, entre elas: o rigoroso bloqueio de despesas extraordinárias, a vedação da criação de cargos ou abertura de concursos para novas vagas (adaptando-se a estrutura das organizações estatais ao enxugamento típico das empresas privadas quando diminuída a receita, respeitada a realidade de carência em alguns setores e excesso em outros da administração pública), a criteriosa seleção de investimentos públicos, a ser executada preferencialmente via parcerias com a iniciativa privada e outras similares, discerníveis pelo bom senso comum.

Temos certeza de que tais objetivos estão presentes entre os novos gestores da "res publica", animados seguramente pelo amor à Pátria comum e pela responsabilidade do homem público, consciente – segundo a clássica lição weberiana – da responsabilidade pela consequência provável e futura dos seus atos presentes.

A geração atual, após a saga da construção de um país de território continental, povoado por elementos autóctones e levas de migrantes, mas com identidade decorrente da unidade nacional e da cultura comum, saberá superar os desafios conjunturais com o mesmo elã que inspirou nossos antepassados – irmanada com líderes dedicados e competentes.

A construção de um país melhor, mais assertivo, produtivo e sustentável, é o que sinceramente desejamos para o Brasil do presente e, sobretudo, para nossos filhos e descendentes!

INSTITUTO DEMOCRACIA E LIBERDADE

A serviço da cidadania.

Detalhamento das Propostas

I. REFORMA DO ESTADO

Uma dívida elevada combinada com instabilidade, condena o país a pagar juros cada vez mais elevados ao atrair capitais para rolar sua dívida, reduzindo o incentivo por aplicações em atividades produtivas. Além disso, quando a dívida pública é resultante de investimentos, os efeitos na economia podem gerar aumento na renda do estado, ao passo que uma dívida oriunda em gastos apenas aprofunda o mal original.

Como as receitas estão sujeitas a flutuações típicas dos ciclos econômicos, é imprescindível criar mecanismos que mantenham o custo fixo da estrutura governamental abaixo das previsões de arrecadação mais conservadoras.

Função importante do Estado é garantir o equilíbrio das forças produtivas; porém, se o custo gerado pelo seu tamanho ultrapassa a capacidade de absorção dos custos pela produção nacional passível de exportação e geração de superávit comercial, não consegue competir no mercado internacional. Apesar das isenções na operação de exportação, a carga tributária incidente nas várias etapas que envolvem o processo produtivo se incorpora aos custos e reduz a competitividade das empresas.

Àqueles que alegam que há países ricos, onde a carga tributária é maior que a brasileira, cabe lembrar dois fatores: o primeiro é que, em nosso país, o rol de serviços e a infraestrutura oferecida em troca dos tributos arrecadados é muito inferior aos oferecidos nos países onde a carga tributária é justificadamente maior, além do fato de que a riqueza per capita existente nestes países também é bem maior que a nossa.

Cabe ressaltar que há funções de Estado que por sua natureza são indelegáveis, sendo que é com estas que o Estado tem que se preocupar. Todas as demais atividades, pela lógica da ineficiência e engessamento burocrático,inerente à máquina pública, devem ser deixadas aos cuidados do mercado, cabendo ao Estado apenas a regulação de aspectos de interesse público. Afinal, a iniciativa privada, sujeita à seleção natural e sobrevivência do mais apto, tem melhores condições de buscar a eficiência e a produtividade que nosso País necessita.

Para a mudança desta espiral negativa, o IDL tem as seguintes propostas:

1. REEQUILÍBRIO DAS CONTAS PÚBLICAS – Eliminar o déficit nas contas públicas, estabelecendo como meta mínima um superávit de 2% sobre o PIB.

2. REDUÇÃO IMEDIATA DE CARGOS COMISSIONADOS – Diminuição efetiva de pelo menos 15 mil cargos comissionados, o que deixaria o Brasil com um número de cargos em comissão ainda bem superior a países como Estados Unidos, Alemanha e outros.

3. CUMPRIMENTO DA META DE INFLAÇÃO – Manter a inflação sempre no centro da meta estabelecida, que deve ser no máximo 4,5% ao ano.

4. REDUÇÃO DOS JUROS – Redução da taxa SELIC para um percentual de 6% ao ano, compatível com economias no perfil da brasileira, privilegiando o ingresso dos investimentos nos meios de produção e reduzindo a entrada de capital especulativo.

5. CUMPRIMENTO RIGOROSO DA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL E DAS METAS FISCAIS – Estabelecer punições mais rígidas, inclusive com a perda do mandato, ao governante que não cumprir rigorosamente a Lei de Responsabilidade Fiscal.

Reforma do Sistema Político

II. REFORMA DO SISTEMA POLÍTICO

Todas as propostas desenvolvidas neste documento só são viáveis se em sua gênese ocorrer uma profunda reforma no sistema político brasileiro, que é um dos principais responsáveis por todas as distorções que ocorrem na condução dos destinos de nosso País.

Os movimentos de rua, promovidos por setores mais esclarecidos da sociedade, têm o potencial de fortalecer partidos que tenham uma identidade clara, uma missão explícita e estratégias coerentes no que diz respeito à responsabilidade de representar os anseios da população.

A **REFORMA POLÍTICA** é o primeiro passo imprescindível para se iniciar um processo de melhora real e verdadeira na qualidade da política brasileira.

1. VOTO DISTRITAL MISTO – O primeiro ponto seria a adoção do voto distrital misto, que é o sistema no qual parte das vagas é escolhida pelo sistema distrital e a outra parte é escolhida pelo sistema atual (proporcional), de forma que o eleitor tenha acesso a uma escolha de representante da sua região e, também, pode votar em um candidato que represente uma área política de seu interesse.

2. FORTALECIMENTO DOS PARTIDOS E CRIAÇÃO DE CLÁUSULA DE DESEMPENHO – A democracia exige a existência de partidos fortes e estruturados. Desta forma, propõe-se a criação de uma cláusula de desempenho onde o partido que não obtiver um número mínimo de representantes perderá o direito à representação no parlamento naquela legislatura.

3. FIDELIDADE PARTIDÁRIA – O mandato passa a ser do partido e não da pessoa, sendo que o político que resolver mudar de organização partidária perderá o seu mandato e o suplente assumirá em seu lugar.

4. FORO PRIVILEGIADO – Reduzir o direito ao Foro Privilegiado.

5. FICHA LIMPA – Estabelecer que políticos condenados em segunda instância, além de não poderem disputar cargos eletivos, perdem o direito de atuar como dirigentes de partidos políticos.

6. PRIVILÉGIOS DE POLÍTICOS – Reduzir as benesses aos detentores de mandatos eletivos, tais como número excessivo

INSTITUTO DEMOCRACIA E LIBERDADE

A serviço da cidadania.

de assessores, carro e residência oficiais, altas verbas de representação, estabelecendo um teto coerente para as despesas fixas de cada político no exercício do mandato.

7. FINANCIAMENTO DE CAMPANHA – Estabelecer uma forma viável de financiamento de campanha, sem que haja beneficiamento dos detentores do poder, com fiscalização e punição rígida, estabelecendo limites claros tanto para pessoas físicas quanto jurídicas, com o objetivo de se reduzir sensivelmente o custo das campanhas eleitorais.

8. FIM DAS COLIGAÇÕES – Não deve ser permitida a coligação em eleição proporcional, posto que este sistema distorce a representação partidária.

9. MANTER AS ELEIÇÕES DE FORMA INTERCALADA – Não instituir a coincidência de mandatos para que nas eleições possam-se debater todos os problemas inerentes a cada esfera da federação, evitando-se que discussões relativas à esfera federal ofusquem problemas existentes nos municípios, posto que estes deverão ser tratados em outro pleito.

.

Reforma do Sistema Econômico

III. REFORMA DO SISTEMA ECONÔMICO

Diante da atual dívida pública e com déficit fiscal recorrente, é evidente que o governo não terá como alocar recursos para investimentos.

Porém, a recuperação da atividade econômica exige investimentos e a infraestrutura deficiente é o que apresenta potencial para de iniciar uma espiral virtuosa em várias direções.

A anunciada intenção de lançar as PPP's tem este potencial de reascender a esperança, disparar a busca por mão de obra, reaquecer a economia, ampliar o PIB e recuperar a arrecadação.

A redução das despesas com juros sobre a divida pública passa pela redução da mesma e, sem a possibilidade de continuar ampliando a tributação, uma saída coerente é a redução do Estado pela privatização de atividades que não deveriam estar ao seu cargo.

O desemprego elevado deverá sensibilizar o congresso sobre a urgência de aprovar a transferência de inúmeras atividades para a iniciativa privada.

O Custo Brasil, incluindo deficiências de infraestrutura, impostos, encargos sociais, burocracia e corrupção tornam os produtos brasileiros mais caros do que os feitos no Exterior. As pressões competitivas levam as empresas a comprar de fábricas chinesas ou a transferir suas operações para lá. Com o tempo, nosso País corre o risco de deixar de manter tecnologia própria, bem como de vagas para engenheiros, técnicos e demais especialistas.

Ou o Brasil reverte esta tendência ou em breve nosso parque industrial perderá a capacidade de recuperação.

O mesmo raciocínio se aplica à redução da capacidade de produtos nacionais competirem no mercado externo.

A redução da burocracia torna-se cada vez mais imprescindível com a adoção de mecanismos que tragam a simplificação e agilidade nos serviços públicos.

Por outro lado, a racionalização de exigências incoerentes precisa ser revista por uma força-tarefa transdisciplinar.

Para resolver a situação caótica que atravessa o sistema econômico, além de defender as mesmas reformas necessárias na Reforma do Estado, quais sejam, **REEQUILÍBRIO DAS CONTAS PÚBLICAS, REDUÇÃO IMEDIATA DE CARGOS COMISSIONADOS, CUMPRIMENTO DA META DE INFLAÇÃO, REDUÇÃO DOS JUROS, CUMPRIMENTO RIGOROSO DA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL E DAS METAS FISCAIS**, teriam que ser acrescentados alguns itens essenciais:

1. REVISÃO DA POLÍTICA DE JUROS PARA AS ATIVIDADES DE FOMENTO – Diminuir o spread bancário e estabelecer limitações de juros reais para a concessão de empréstimos bancários para capital de giro e investimento na atividade produtiva no que tange ao crédito de fomento.

2. CRIAÇÃO DE UMA POLÍTICA CLARA PARA INVESTIMENTO EM INFRAESTRUTURA – Fortalecimento das agências reguladoras e criação de regras e políticas claras de investimento em infraestrutura para atração de capital privado nacional e estrangeiro.

3. CRIAÇÃO DE PROGRAMAS DE RENÚNCIA FISCAL PARA INVESTIMENTO – Estabelecimento de programas sérios de renúncia fiscal e substanciais para investimentos em infraestrutura, ciência, tecnologia, pesquisa e inovação, permitindo inclusive a transferência de recursos a terceiros para investimentos em startups e empresas com grande potencial de inovação.

Reforma do Sistema Tributário

IV. REFORMA DO SISTEMA TRIBUTÁRIO

No atual cenário brasileiro, vivemos o que se pode chamar de Falência do Sistema Tributário Nacional.

Temos uma carga tributária nominal na ordem de 38% sobre o PIB, com uma queda no último exercício em virtude do colapso da atividade econômica nacional, mas que, com o funcionamento regular da economia, gira em torno do número acima mencionado.

É importante ressaltar que a dívida ativa acumulada de impostos hoje no Brasil é da ordem de R$ 2.4 trilhões, valor superior à arrecadação total de impostos nas três esferas da federação em um ano, isto sem contar processos administrativos e impostos deixados de recolher e ainda não diagnosticados pelo sistema de arrecadação.

Isto significa dizer, que além dos 38% sobre o PIB efetivamente recebidos a título de tributos, uma parte significativa deixa de ser recolhido, o que demonstra que o peso real dos tributos sobre a economia é da ordem de 40% sobre o PIB, somando-se o total arrecadado e o não declarado ou não recolhido pelos contribuintes.

Desta forma, estes dados em vez de estimular medidas duras do fisco contra os contribuintes, deveriam demonstrar a falência do sistema nos moldes atuais e a necessidade urgente de sua racionalização, pois possuímos uma das maiores cargas tributárias do mundo sem a devida contrapartida por parte do Estado.

Assim sendo, ao invés de contarmos com um Sistema Tributário, vivemos sob a égide de um Sistema Arrecadatório, onde Executivo, Legislativo e Judiciário unem-se para impor ao contribuinte uma carga de tributos absolutamente incompatível com a economia nacional, que permite manter um infindável conjunto de mordomias e benesses, mencionando sempre a necessidade de aumentar tributos, sem nunca cogitar a hipótese de reduzir o peso do Estado.

Desta forma, acreditamos que as seguintes propostas ajudarão a eliminar várias distorções existentes no sistema atual:

1. CRIAÇÃO DE UM NOVO REFIS – Grande parte das empresas nacionais convive com débitos tributários absolutamente impagáveis, tornando inviável a gestão do negócio e levando as mesmas inevitavelmente ao fechamento de suas atividades. Desta forma, propõe-se a criação de um marco que permita aos empresários regularizar todos os débitos tributários existentes nas esferas Federal, Estadual e Municipal. Ocorre, no entanto, que o REFIS deveria ser nos moldes do primeiro estabelecido no ano de 2000, fixando recolhimentos de percentuais sobre o faturamento para a quitação de todos os débitos tributários das empresas.

INSTITUTO DEMOCRACIA E LIBERDADE

A serviço da cidadania.

No novo formato, poderiam ser incluídas também as dívidas de ICMS e a União Federal abateria os créditos que os Estados teriam a receber dos débitos astronômicos que os mesmos possuem com a União, como temos visto recentemente.

Além disso, teria que haver grande redução de multa e juros, além de utilização de prejuízos fiscais, base de cálculo negativa e créditos fiscais próprios ou de terceiros, como no caso do REFIS.

2. UNIFICAÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO LÍQUIDO PARA PESSOAS JURÍDICAS – Criação de um único imposto sobre a renda para pessoas jurídicas, sem limitação de 30% para abatimento de prejuízos fiscais.

3. REDUZIR ALÍQUOTA MÁXIMA DO SIMPLES NACIONAL – Estabelecer um limite inferior ao atual como alíquota máxima para empresas que aderirem ao sistema do Simples Nacional.

4. MANTER DESONERAÇÃO DA FOLHA SOB CONDIÇÕES – Manter a desoneração da folha com pagamento sobre o faturamento para empresas que comprovarem que tem elevado custo de mão de obra, estimulando a geração de empregos.

5. UNIFICAR EFETIVAMENTE RECEITA FEDERAL E INSS – Permitir que as empresas que gozem de benefícios de isenção (exportadores) usem os créditos fiscais acumulados de tributos federais para abatimento com débitos de natureza previdenciária.

6. CRIAÇÃO DO IVA FEDERAL – Criação do imposto sobre valor agregado federal, unificando PIS, COFINS e IPI. Este imposto deverá ter alíquotas progressivas permitindo o abatimento de todos os custos e despesas inerentes ao processo produtivo. Também deve ser observado o princípio da essencialidade, estabelecendo-se alíquotas menores para produtos essenciais como cesta básica, energia e comunicações.

7. CRIAÇÃO DO IVA ESTADUAL – Criação do Imposto sobre Valor Agregado Estadual, nos mesmos moldes do IVA Federal e com a unificação do ICMS e do ISS, criando-se um fundo de participação entre Estados e Municípios de forma a equacionar a distribuição do tributo. Restringir a substituição tributária a poucos produtos estratégicos, com alto risco de sonegação e com a cadeia produtiva concentrada em poucos fornecedores (combustíveis, bebidas, automóveis), acabar com a diferença de alíquotas interestaduais e consequentemente com o recolhimento antecipado destas diferenças nas vendas para outros Estados. Criar uma legislação Federal Unificada, impedindo que os Estados legislem livremente sobre o IVA Estadual.

8. ENCERRAR A GUERRA FISCAL – Estados teriam autonomia na fixação de alíquotas do IVA-E, mas dentro de parâmetros definidos nacionalmente pelo Confaz.

9. CRIAÇÃO DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONTRIBUINTE – Criação deste código como meio de disciplinar e tornar mais isonômicas as relações entre Estado e contribuintes.

10. CRIAÇÃO DE UMA VERDADEIRA LEI DE INCENTIVO À INOVAÇÃO – Criação de uma lei de incentivo ao investimento em inovação, pesquisa, tecnologia e melhoria de processos, inclusive com a possibilidade de investimentos em empresas de terceiros e startups, com formação de joint ventures, fusões, aquisições, utilizando-se de renúncia fiscal, não apenas no Imposto de Renda e Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido, mas também PIS/COFINS e IPI ou futuramente IVA.

Entendemos que estas propostas iniciais já teriam o condão de tornar mais justo e adequado o Sistema Tributário Nacional, permitindo uma redução da carga tributária sobre a atividade produtiva, distribuindo melhor a incidência dos impostos e permitindo que haja um aumento da arrecadação com a diminuição da informalidade e da sonegação.

Reforma do Sistema Trabalhista e Previdenciário

V. REFORMA DO SISTEMA TRABALHISTA E PREVIDENCIÁRIO

Somente um governante forte, coerente e despreocupado com medidas populistas terá a coragem necessária para substituir o desequilíbrio entre as aposentadorias de funcionários públicos e privados, por um sistema único de aposentadoria nacional e um sistema de previdência complementar semelhante aos fundos de pensão. Considerando que aqueles que votam as leis são fortemente pressionados por interesses próprios e pelos eleitores, a solução é mudar o futuro, sem tocar em direitos adquiridos. A diferença de ganhos, natural dos sistemas livres, deve ser obtida pela lógica do "a cada um segundo suas obras", e não devido ao protecionismo dos que detém temporariamente o poder. A igualdade deve vir da oportunidade de estudar e a diferença pelo esforço no aprender.

Desta forma, umas das maneiras de se conseguir apoio à criação de um sistema de previdência complementar seria transferindo o saldo, ou parte do saldo do FGTS, para fundos de pensão complementar.

Além disso, criar punições severas pela administração temerária e a malversação de recursos dos fundos de pensão, observadas na esteira da Operação Lava Jato, que deve servir como marco regulatório moral que impeça a repetição deste mal no futuro.

Ainda, deve-se trabalhar na eliminação da obrigatoriedade do imposto sindical, pois o país vive atualmente sob a égide de 15.007 sindicatos com poder de organizar greves, sendo que esta medida irá gradualmente reduzindo o número de sindicatos.

INSTITUTO DEMOCRACIA E LIBERDADE

A serviço da cidadania.

Ademais, esta ação facilitará a implementação da livre negociação entre os patrões e empregados nas relações trabalhistas, implementando a prevalência das convenções coletivas de trabalho sobre algumas disposições previstas na CLT.

Como forma de amenizar estas situações tão críticas, o IDL apresenta as seguintes propostas:

REFORMA TRABALHISTA

O conjunto de normas trabalhistas no Brasil remonta ao ano de 1943, no Governo Getúlio Vargas, sendo originário da Carta del Lavoro de Benito Mussolini, estando totalmente ultrapassado e gerando um custo excessivo para os empregadores, estimulando o aumento da informalidade e das demissões, dificultando que o País possa combater um dos principais vilões da economia, qual seja, o desemprego.

Assim sendo, o IDL sugere as seguintes medidas como forma de tornar as relações trabalhistas no Brasil mais igualitárias:

1. FLEXIBILIZAÇÃO DAS LEIS TRABALHISTAS – Permitir que acordos coletivos de trabalho flexibilizem atuais imposições da CLT, tornando possível a redução de custos e encargos trabalhistas a empresários que negociarem com os Sindicatos de Trabalhadores a redução de encargos mediante condições estabelecidas entre as partes, sendo que garantias como FGTS, licença-maternidade, 13º salário, férias e previdência social, por exemplo, continuarão existindo.

INSTITUTO DEMOCRACIA E LIBERDADE

A serviço da cidadania.

2. REGULAMENTAR A TERCEIRIZAÇÃO – Regulamentar e ampliar a terceirização, permitindo que a mesma seja utilizada também na chamada atividade fim da empresa.

3. FIM DO IMPOSTO SINDICAL.

4. CRIAÇÃO DO SIMPLES TRABALHISTA – Estabelecer encargos trabalhistas menores e mais flexíveis para pequenas empresas.

Acreditamos que estas medidas tornarão mais saudáveis as relações trabalhistas no Brasil, sendo que longe de significar uma redução nos direitos dos empregados, proporcionarão uma melhora no ambiente econômico e o consequente aumento na geração de empregos, beneficiando de forma equivalente tanto aos empregadores quanto aos empregados.

REFORMA PREVIDENCIÁRIA

A Previdência Social no Brasil está em uma situação caótica, acumulando déficits bilionários ano após ano e demonstrando que, se nada for feito, as futuras gerações não poderão usufruir dos benefícios da aposentadoria.

Assim sendo, se faz urgente uma reforma no sistema previdenciário nacional, cujas propostas do IDL são as seguintes:

1. AUMENTAR A IDADE MÍNINA PARA APOSENTADORIA – Fixar a idade mínima para aposentadoria em 65 anos tanto para homens quanto para mulheres.

2. FIXAR TEMPO MÍNIMO DE CONTRIBUIÇÃO – Além da idade mínima, o cidadão deve contribuir por no mínimo 40 anos para ter direito a aposentadoria.

3. UNIFICAR OS SISTEMAS DE PREVIDÊNCIA – Unificar os sistemas de previdência do INSS urbano, rural e dos funcionários públicos de todas as esferas, devendo os mesmos serem regidos pelas mesmas regras, sem quaisquer privilégios a qualquer categoria de contribuintes.

4. MUDAR AS ALÍQUOTAS DE CONTRIBUIÇÃO – Estabelecer um espectro maior de alíquotas de contribuição sobre a remuneração, de acordo com a renda do contribuinte e com o benefício que o mesmo deseja receber depois de aposentado. Basicamente a pessoa contribui de acordo com a renda que quer auferir, nos moldes de um sistema de previdência privada, mas com a contrapartida do Estado.

5. FATOR PREVIDENCIÁRIO – Estabelecer novo fator previdenciário de forma a respeitar o princípio da razoabilidade, permitindo benefício para a previdência sem onerar excessivamente futuro aposentado.

Educação

VI. EDUCAÇÃO

O IDL apoia o Objetivo do Desenvolvimento Sustentável, proposto pela ONU para a Educação (ODS-4), a ser atingido até 2030: "Assegurar a educação inclusiva, equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos".

A Educação deve primar por uma sólida formação humanística, constituindo um dos principais motores do desenvolvimento de um País, contribuindo não só para o aprimoramento pessoal e cidadão, mas também para os aspectos econômicos e a qualidade de vida.

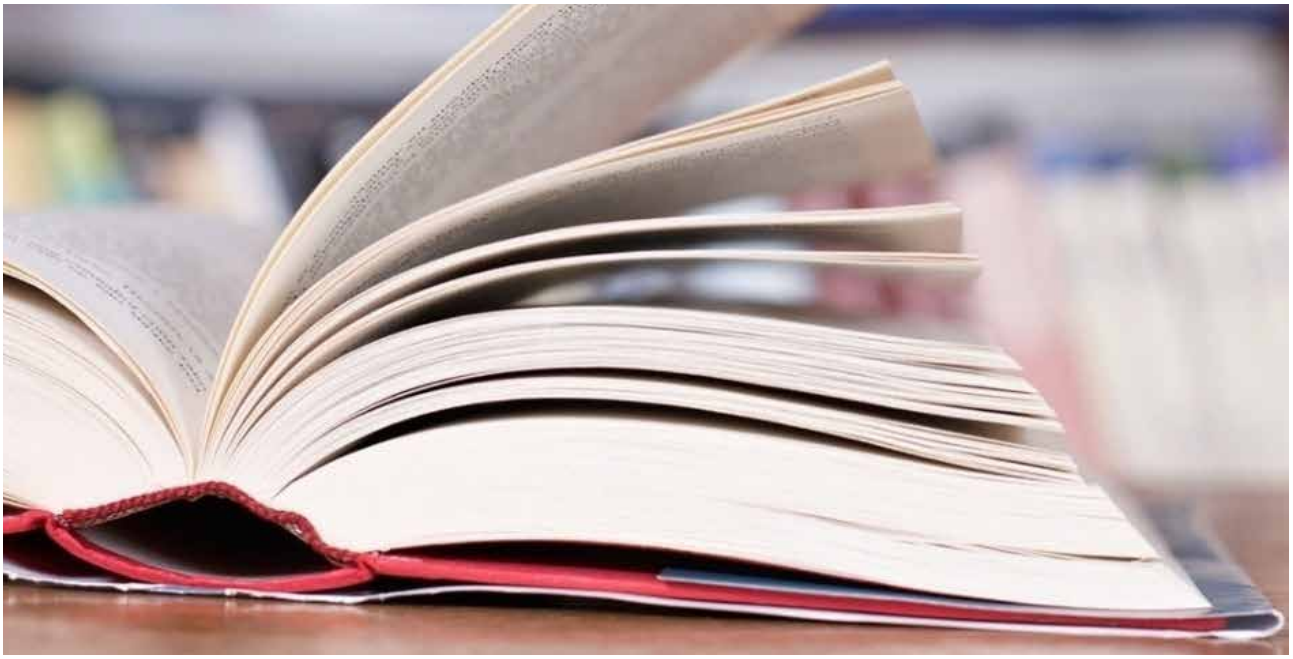
Acreditamos que a relação entre a liberdade e a educação são elementos fundamentais para a formação de uma sociedade plural e democrática. Refletir sobre uma escola com a possibilidade de flexibilização da Grade de disciplinas, mas mantendo uma Base Curricular essencial para a formação humana e psicossocial, visando prioritariamente o cidadão, possibilita recuperar um ensino mais amplo, flexível e moderno, refletindo com isso em indivíduos mais criativos e autônomos preparados para o futuro.

Há de se ter em conta que o simples aumento de recursos não assegura uma melhoria ipso facto do ensino e sim o foco no aumento da eficiência e formas modernas de gestão da Educação, além de investimento necessário na capacitação constante dos recursos humanos.

As parcerias público-privadas são um dos caminhos seguros para mesclar eficiência e ampliar com isso a gestão, assegurando uma maior e cada vez mais ampla inclusão e acesso a todos, notadamente os indivíduos mais carentes, com a criação de novos programas de financiamento estudantil com base no mérito de desempenho escolar.

INSTITUTO DEMOCRACIA E LIBERDADE

A serviço da cidadania.



A busca de uma política de gestão, eficiência e inovação constituem um tripé primordial para a modernização do ensino e da Educação no Brasil.

- AMPLIAR E APLICAR NA EDUCAÇÃO O MODELO DE ORGANIZAÇÃO SOCIAL: o controle e o financiamento são do Governo, porém a gestão é privada. Instituir metas claras e participação da sociedade em um modelo que aprimore a gestão do ensino.

- IMPLEMENTAÇÃO DOS VOUCHERS (VALES) ESCOLARES NA EDUCAÇÃO: Implementação de sistema de 'voucher' para escolas básicas e de ensino médio e superior. O 'voucher' (certificado de financiamento emitido pelo governo), permitiria ao estudante escolher uma Escola privada, dinamizaria o sistema e diminuiria os custos do Estado com a infraestrutura educacional, aumentando a liberdade de escolha de pais e alunos e fomentando a salutar concorrência e a qualidade entre as escolas privadas.

- AMPLIAR O ENSINO TÉCNICO-PROFISSIONALIZANTE PARA JOVENS: Estimular as parcerias público-privadas em projetos sociais visando à profissionalização. Criar um ranking nacional que valorize os melhores alunos, incentivando oportunidades de trabalho. Levar programas de financiamento do Governo também para projetos da iniciativa privada e não apenas para entidades parestatais e outros.

- CRIAÇÃO DE INDICADORES DE GESTÃO E DESEMPENHO DAS ESCOLAS E DE PROFISSIONAIS DA ÁREA EDUCACIONAL: Criar intercâmbios entre escolas do ranking, valorizando a troca de experiências e gestão e ao mesmo tempo incentivar a valorização do profissional através do mérito, criando indicadores nacionais com metas de desempenho.

- INTERCÂMBIO ENTRE INSTITUIÇÕES PÚBLICAS E PRIVADAS: Contribuição importante para a troca de experiências, gestão e programas de ensino e educação.

- REVISÃO DO PNE (PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO): Buscar a adequação do PNE à realidade brasileira, expurgando conceitos puramente ideológicos e inserindo em suas metas o critério da eficiência.

Programas Sociais

VII. PROGRAMAS SOCIAIS

Manter e ampliar os programas sociais existentes, criando regras rígidas e condições claras para que a população possa ser beneficiada, além de criar portas de saída para que os programas sejam temporários e não se tornem concessões permanentes, exigindo-se também, ainda, a contrapartida por parte do beneficiário, tal como, por exemplo, frequência constante nas aulas.

Conclusão Final

CONCLUSÃO FINAL

Por tudo que se pode concluir neste projeto "**CONTRUINDO O BRASIL DO FUTURO**", o caminho para a construção de uma nação mais justa, ética e próspera é longo e com vários obstáculos a serem vencidos, bem como outros parâmetros a serem implementados justificando-se a concessão de benefícios sociais.

O IDL, no intuito de dar objetividade a esta proposta, optou por eleger como prioridades as **REFORMAS DO ESTADO, DO SISTEMA POLÍTICO, DO SISTEMA ECONÔMICO, DO SISTEMA TRIBUTÁRIO, DO SISTEMA TRABALHISTA E PREVIDENCIÁRIO E DA EDUCAÇÃO**, por entender que uma mudança significativa nestas áreas dará ao País condições de melhorar outros fatores absolutamente imprescindíveis para a sociedade brasileira, tais como: Segurança, Habitação, Saúde, Infraestrutura, Política Externa e tantos outros fatores essenciais à sociedade brasileira.

Desta forma, entregamos à sociedade brasileira nossas propostas concretas para estas reformas, pois acreditamos que reestruturando estes aspectos fundamentais de nosso País, teremos condições de evoluir em todas as demais áreas, melhorando a vida da população brasileira e, principalmente, "**CONSTRUINDO O BRASIL DO FUTURO**".

Curitiba, Setembro de 2016.

INSTITUTO DEMOCRACIA E LIBERDADE

A serviço da cidadania.

Diretoria

PRESIDENTE

EDSON JOSÉ RAMON

DIRETORIA

CLEVERSON MARINHO TEIXEIRA – 1º VICE-PRESIDENTE
CID VITOR PARIGOT DE SOUSA– 2º VICE-PRESIDENTE FINANCEIRO
SINVAL ZAIDAN LOBATO MACHADO– 3º VICE-PRESIDENTE ESTRATÉGICO
EDUARDO LOPES PEREIRA GUIMARÃES – 4º VICE-PRESIDENTE DE RELAÇÕES INSTITUCIONAIS
RAFAEL DE LALA SOBRINHO– 5º VICE-PRESIDENTE DE SECRETARIA

CONSELHO SUPERIOR

ASSIS ZANI, CARLOS ANTONIO GUSSO, CID VITOR PARIGOT DE SOUSA,CLEVERSON MARINHO TEIXEIRA, DALTON ZENI RISPOLI, EDUARDO LOPES PEREIRA GUIMARÃES, FARUK EL KHATIB, FERNANDO ANTONIO MIRANDA, FERNANDO FONTANA, HELIO BAMPI, MÁRIO LAURO TAVARES MARTINELLI, PAULO HENRIQUE WEDDERHOFF, RAFAEL DE LALA SOBRINHO, RUBENFORMIGHIERI, SÉRGIO DIAS, SINVAL ZAIDAN LOBATO MACHADO, WILSON PORTES

CONSELHO CONSULTIVO

PRESIDENTE

JOÃO ELISIO FERRAZ DE CAMPOS

MEMBROS

ATILANO OLMS SOBRINHO, BETTINA MURADÁS,
CRISTIANE CANET MOCELLIN, MARCOS JOSÉ OLSEN, MARIA ELISA FERRAZ PACIORNIK,
RICARDOJOSÉ IGLESIAS TEIXEIRA

CONSELHO EXECUTIVO

COORDENADORES

NELSON ALVES BUCKERJUNIOR
PAULO HENRIQUE WEDDERHOFF

SECRETÁRIA

SORAIA LARICE NASCIMENTO

MEMBROS EFETIVOS

ADEMIR FABRIS JUNIOR, ÁLVARO SCHEFFER, ASSIS ZANI, ALBERTO RACHED, ANTONIO ROMÃO MONTES, ATILANO OLMS SOBRINHO, BETTINA MURADÁS, CARLOS ANTONIO GUSSO, CELSO ANTONIO FRARE, CÉSAR CIRÍACO GOMES GRAÇA, CID VITOR PARIGOT DE SOUSA, CLEVERSON MARINHO TEIXEIRA, CRISTIANE CANET MOCELLIN, DALTON ZENI RISPOLI, EDSON JOSÉ RAMON, EDUARDO JOSÉ NEGRÃO, EDUARDO LOPES PEREIRA GUIMARÃES, ESTEFANO ULANDOWSKI, FÁBIO ANDRÉ CHEDID SILVESTRE, FARUK EL KHATIB, FERNANDO ANTONIO MIRANDA, FERNANDO FONTANA, FRANCISCO SIMEÃORODRIGUES NETO, GERMANO FERRAZ PACIORNIK, HELIO BAMPI, IVO ORLANDO PETRIS, JACKSON PITOMBO C. FILHO, JOÃO CLAUDIO FONTANA, JOÃO ELISIO FERRAZ DE CAMPOS, JOSÉ ASSIS SIMÕES UTSCH, LEONARDO PETRELLI, MAIQUEL ZIMANN MARCOS JOSÉ OLSEN, MARCO ANTONIO PEIXOTO, MAURI MENDES, MÁRIO LAURO TAVARES MARTINELLI, MATHEUS BACILA MOYSES DIAS DE ARAUJO, PAULO HENRIQUE WEDDERHOFF, RAFAEL DE LALASOBRINHO, RENATO ALCIDES TROMBINI, RICARDO TACLA, RICARDO JOSÉ IGLESIAS TEIXEIRA, RODRIGO MARCIAL LEDRA RIBEIRO ROLAND HASSON, RUBEN FORMIGHIERI, RUBENS PINHO, SÉRGIO DIAS, SINVAL ZAIDANLOBATO MACHADO, SILMARA MONTES, WILSON PORTES

INSTITUTO DEMOCRACIA E LIBERDADE

A serviço da cidadania.

INSTITUTO DEMOCRACIA E LIBERDADE

A serviço da cidadania.

Avenida Presidente Kennedy, 860,
Rebouças, Curitiba-PR
www.idl.org.br
idl@idl.org.br